

# PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA

- SÃO PAULO -

LEI Nº 1709/96

Parágrafo 1º - Sem dispensa da vistoria que trata o "caput" do presente artigo, o pedido de prorrogação de prazo deverá obrigatoriamente ser instruído com laudo técnico comprobatório da fase em que se encontra a obra, bem como o percentual executado em relação ao projeto originário.

Parágrafo 2º - A não edificação no prazo de que trata o artigo 2º da presente Lei, virtúado ou ocasionado por motivo de caso fortuito ou força maior, sem prejuízo da exigência do artigo 3º, será prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses.

Parágrafo 3º - O não cumprimento dos prazos previstos nesta lei, inclusive os concedidos através dos pedidos de prorrogação, para edificação da obra, reverterá o imóvel, objeto da doação, ao Patrimônio Público, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, bem como, não cabendo qualquer indenização pelas benfeitorias ali introduzidas.

Parágrafo 4º - Da escritura pública deverá constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel doado para a finalidade a que se destina.

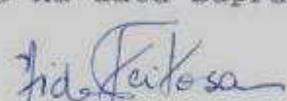
Artigo 4º - As despesas decorrentes da lavratura da escritura, bem como o respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis, correrão por conta exclusiva do donatário.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1633, de 23 de setembro de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1996

  
ALVARO A. JANUARIO  
PREFEITO MUNICIPAL

- Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixada em lugar público de costume na data supra.

  
HIDEKO HAMAZAKI FEITOSA  
DIRETORA DE SECRETARIA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA

- SÃO PAULO -

LEI Nº 1709, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1996

Autoriza o Prefeito Municipal de Pompéia a proceder doação de área de terreno urbano pertencente à classe dos bens patrimoniais disponíveis no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POMPEIA,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a alienar, por doação pura e simples, o lote de terreno urbano sob nº 10 da Quadra C, ao Senhor JOSE ALVES TEIXEIRA NETO, RG. nº 9.770.071 e CIC nº 799.241.408-00, residente na Rua Quintino Bocaiuva, nº 706, nesta cidade, município e comarca de Pompéia, para construção de prédio destinado à instalação de Empório e Mercearia, cujo lote, situado no lado ímpar da Avenida Nestor de Barros, distante 560,51 metros do alinhamento da Rua Presidente Castelo Branco, com área de 202,62 metros quadrados, tem as seguintes medidas e confrontações: confronta com a Av. Nestor de Barros, na distância de 2,00 metros em reta; daí numa linha curva de 14,14 metros confronta parte com a Av. Nestor de Barros e parte com área da Municipalidade; segue em linha reta 11,00 metros, ainda confrontando com área da Municipalidade; do lado oposto, confronta com o lote nº 9, onde mede 20,00 metros e, finalmente, pelos fundos, com a Fazenda Jacutinga, onde mede 11,00 metros, perfazendo a área total de 202,62 metros quadrados, avaliada no valor de R\$ 3.039,30 (três mil, trinta e nove reais e trinta centavos) em 13 de fevereiro de 1996.

Parágrafo Único - A doação é feita para que o donatário se utilize do imóvel doado exclusivamente para a finalidade prevista, ficando revogada de pleno direito se lhe for dada destinação diversa da que está expressa neste artigo.

Artigo 2º - O donatário deverá proceder o início da execução e conclusão da obra dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos e não poderá alienar o imóvel doado após a efetiva construção no prazo de 05 (cinco) anos.

Artigo 3º - A prorrogação de prazo, quando necessária, para término das obras constantes do projeto, somente será autorizada pelo Executivo, mediante requerimento do donatário, comprovando através de vistoria procedida pelo Setor de Obras da Municipalidade, a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da edificação.